



Estratégia
OAB

12° SIMULADO

O A B

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-22-08>

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no [YouTube](#)
[instagram.com/estratégia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior/Priscila Ferreira

Questão 1

Jorge tentou ingressar em sala de sessão de tribunal, mas foi impedido sob a justificativa de que Jorge tentou acessar área reservada aos magistrados. De acordo com o disposto no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil,

- a) Jorge foi impedido corretamente, pois não é permitido que advogados entrem na parte reservada aos magistrados das salas de sessões dos tribunais.
- b) Jorge foi impedido corretamente porque teria que agendar horário para ingressar na parte reservada aos magistrados.
- c) Jorge não poderia ter sido impedido de ingressar em qualquer sala de sessão de tribunal, mas só poderia entrar em recinto em que funcione repartição judicial no horário de expediente desta.
- d) Jorge não poderia ter sido impedido de ingressar na sala, pois é direito dos advogados ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, ainda que em área reservada aos magistrados.

Questão 2

Juliana é advogada e manifestou-se, verbalmente, para esclarecer equívoco que não teria qualquer influência no julgamento. Com base no EAOAB, é correto afirmar que

- a) Juliana só poderia ter-se manifestado por escrito.
- b) Juliana não poderia se manifestar, uma vez que não houve inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.
- c) Juliana tem o direito de usar da palavra para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento.
- d) A manifestação de Juliana foi correta, pois é direito do advogado reclamar de equívocos, ainda que não possam influir no julgamento.

Questão 3

Em face de dificuldades insuperáveis com seu cliente, o advogado Renato decidiu renunciar ao mandato, conforme recomenda o Código de Ética e Disciplina. Renato agiu corretamente se

- a) Tiver deixado de acompanhar a causa somente após decorrido o prazo previsto em lei.
- b) Houver comunicado ao cliente o motivo determinante para a renúncia, pois o advogado não deve deixar ao abandono ou desamparo as causas sob seu patrocínio.
- c) Tiver assumido a responsabilidade quanto a documentos ou informações que o cliente devesse lhe fornecer, ainda que por omissão deste, uma vez que está abandonando a causa.
- d) Tiver renunciado por considerar a causa indigna de defesa, considerando sua própria opinião sobre a culpa do acusado.

Questão 4

De acordo com o Código de Ética e Disciplina, é incorreto afirmar que compete aos Tribunais de Ética e Disciplina

- a) Atuar como órgão mediador ou conciliador nas questões que envolvam dúvidas e pendências entre advogados.
- b) suspender, definitivamente, o acusado, em caso de conduta suscetível de acarretar repercussão prejudicial à advocacia.
- c) Responder a consultas formuladas, em tese, sobre matéria ético-disciplinar
- d) Julgar, em primeiro grau, os processos ético-disciplinares.

Questão 5

Vandeco, grande amigo de Dra. Priscilinha, resolve contratá-la para realizar o seu divórcio. Inicialmente, nada foi pactuado acerca dos honorários advocatícios a serem cobrados, o que culminou na necessidade de arbitramento judicial.

Diante do exposto, é correto afirmar, à luz das regras estatutárias, que

- a) a tabela organizada pela OAB não é relevante para essa forma de fixação de honorários.
- b) os honorários serão fixados em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão.
- c) os honorários serão arbitrados pelo magistrado livremente, e sem parâmetros legais a serem observados.
- d) os honorários serão arbitrados pelo magistrado conforme o valor econômico da questão, hipótese em que poderão ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

Questão 6

O advogado Cristiano Rodrigues é contratado para a defesa de Zé Manuel, acusado de praticar crime ambiental. Em sede de defesa, observou-se a negligência do advogado ao citar jurisprudência inexistente do Tribunal, bem como por deturpar entendimentos doutrinários.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Cristiano cometeu infração disciplinar punível com pena de censura, nos termos do EAOAB, e violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.
- b) Cristiano não cometeu infração disciplinar, uma vez que cabe ao magistrado ser conhecedor da lei, jurisprudência e entendimentos doutrinários.
- c) Cristiano cometeu infração disciplinar punível com pena de exclusão, nos termos do EAOAB e Código de Ética e Disciplina da OAB.
- d) Cristiano cometeu infração disciplinar punível com pena de suspensão, nos termos do EAOAB.

Questão 7

Sanchez advogou por vinte anos na área empresarial, quando foi acometido por uma doença psiquiátrica crônica. Em diagnóstico médico constatou-se a possibilidade de cura, apenas após longo tratamento médico. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado deverá ser licenciado da advocacia.
- b) O advogado deverá ter a sua inscrição como advogado cancelada.
- c) O advogado poderá ser licenciado da advocacia pelo prazo máximo de seis meses.
- d) O advogado sofrerá a penalidade de suspensão disciplinar por motivo de doença.

Questão 8

No que tange às sessões realizadas no Conselho Federal da OAB, assinale a alternativa correta, quanto à possibilidade de voz e voto dos participantes:

- a) Os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm lugar reservado junto à delegação respectiva e direito a voz e voto.
- b) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui direito a voto e voz.
- c) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui somente direito a voto.
- d) O Ex-Presidente do Conselho Federal, a título honorário, possui somente direito a voz.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

O homem é um animal político. Fora da sociedade, só há deuses e bestas (Aristóteles)

No pensamento aristotélico, é CORRETO afirmar:

- a) Outros animais também possuem linguagem, traço que não distingue o homem para fins de vida em sociedade.
- b) O homem médio tem vida gregária; aqueles que se distanciam da comunidade estão acima ou abaixo dela.
- c) A sociedade é um acordo de vontades pelo qual o homem assume certas limitações em prol das realizações que pode atingir na vida em conjunto.
- d) A sociedade se constitui de cima para baixo, dos governantes para os governados, por meio de um ato de império.

Questão 10

Cada homem possui uma habilidade natural (Platão).

Sobre o pensamento Platônico, é CORRETO afirmar:

- a) A versatilidade, um mesmo homem exercendo várias profissões, não é boa para a sociedade.
- b) Feliz é a sociedade em que cada homem possui diversas habilidades naturais e um mesmo homem pode exercer várias profissões.
- c) O governante que designa profissões aos súditos estaria ferindo de morte a liberdade individual, princípio máximo da vida comum.
- d) É melhor que cada homem seja autossuficiente e produza tudo aquilo que precisa para viver.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Rodrigues, cidadão português, viaja ao Brasil e conhece Glória, também portuguesa e com seus direitos equiparados aos dos brasileiros. Ambos apaixonados se casam e decidem passar férias visitando suas famílias em Portugal. Durante a permanência em seu país de origem, Glória dá a luz a Glorinha. O casal procurou imediatamente a repartição brasileira competente para realizar o registro de Glorinha, com o objetivo de garantir a condição de brasileira nata e todos os direitos inerentes a tal condição. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) Glorinha não poderá ser considerada brasileira nata, mas sim naturalizada, caso seja deferido o registro citado.
- b) Glorinha será considerada brasileira nata, já que sua mãe é considerada brasileira naturalizada, para todos os fins.
- c) Glorinha será considerada estrangeira e poderá, após atingida a maioria, solicitar sua equiparação a brasileira, quando estará protegida contra a extradição.
- d) O registro na repartição não será suficiente para atribuir a Glorinha a qualidade de brasileira nata ou naturalizada.

Questão 12

O Partido Político “Unidos Somos Mais Fortes” foi criado com o objetivo de lançar candidatos às eleições municipais, que deveriam acontecer dentro de 6 meses. No momento das eleições, o partido sai vitorioso e consegue eleger o Vereador Jerônimo. Após 8 meses da realização do pleito, é noticiado na imprensa que a prefeitura havia proibido a realização de greve por parte de funcionários da área da educação. O departamento jurídico da organização, diante da vedação ao exercício do direito social garantido constitucionalmente, decide ajuizar mandado de segurança coletivo, a fim de tentar reverter a medida adotada pela administração. Tomando por base as disposições constitucionais vigentes, assinale a opção correta.

- a) O Partido Político “Unidos Somos Mais Fortes” poderia utilizar a via coletiva, já que, na ocasião, já teria se passado mais de um ano da sua criação.
- b) O Partido Político “Unidos Somos Mais Fortes” não poderia ajuizar o mandado de segurança coletivo por não atender aos requisitos exigidos pela Constituição.
- c) O Partido Político “Unidos Somos Mais Fortes” poderia impetrar o mandado de segurança, mediante expressa autorização dos seus filiados.
- d) O Partido Político “Unidos Somos Mais Fortes” poderia ajuizar o mandado de segurança coletivo, independente de autorização de seus filiados e do cumprimento de quaisquer requisitos adicionais além daqueles previstos para sua instituição.

Questão 13

Um grupo de estudantes de filosofia idealizou a concepção de uma Constituição que seria o somatório de duas características: uma efetiva, real e correspondente à soma dos fatores reais de poder; e outra, escrita, que consistiria apenas numa “folha de papel”. É possível concluir que o modelo representado se aproxima daquele desenvolvido por:

- a) Carl Schmitt, conforme a visão decisionista, cuja Constituição é resultante de uma decisão política fundamental, a qual daria origem às normas materialmente constitucionais.
- b) Ferdinand Lassale, que acreditava ser a Constituição produto das forças normativas de poder, pouco importando o caráter formal de suas disposições, refletindo a concepção sociológica.
- c) Hans Kelsen, que previa a necessidade de um escalonamento hierárquico das normas, situando no topo da pirâmide aquelas relacionadas às decisões políticas fundamentais do Estado, de acordo com o sentido jurídico de constituição.
- d) Kelsen, em sua visão lógico-jurídica de constituição, segundo a qual a norma hipotética fundamental, ao refletir os valores-base do verdadeiro titular do poder constituinte, serve como fundamento de validade para o restante do ordenamento.

Questão 14

Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI instaurada na Câmara dos Deputados identificou responsáveis por infrações administrativas e ilícitos penais. Muitos juristas afirmaram que a CPI tomou providências de forma ilegal em relação aos resultados das apurações. Com base no ordenamento jurídico vigente, é correto afirmar que cabe a CPI:

- a) aplicar as penalidades cabíveis aos responsáveis, sem a necessidade de encaminhamento a qualquer instituição, nos termos do regimento da Câmara.
- b) comunicar ao Congresso nacional para aprovação do resultado das apurações.
- c) comunicar ao Ministério Público o resultado das investigações realizadas, para que adote as medidas de sua competência.
- d) encaminhamento das apurações ao Judiciário para início das ações penais cabíveis.

Questão 15

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, decide concorrer às eleições para Vereadora. Após uma vida inteira dedicada ao serviço público de forma exemplar, conseguiu ser eleita vereadora, prometendo seguir agindo com probidade. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Maria, se houver compatibilidade de horários, não será afastada do cargo por ela ocupado e perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) Maria, se houver compatibilidade de horários, não será afastada do cargo por ela ocupado, porém deverá optar pelo recebimento da remuneração do cargo efetivo ou subsídio de Vereadora.
- c) Maria ficará afastada do cargo ocupado durante o mandato de Vereadora e perceberá apenas o subsídio do seu cargo eletivo.
- d) Maria ficará afastada do cargo ocupado e cumulará sua remuneração com o subsídio de Vereadora.

Questão 16

Determinada medida provisória foi editada causando alterações em uma legislação federal que regula a prestação de serviços de água e esgoto. Após a sua aprovação, com emendas, pela Câmara Legislativa, perdeu a validade por falta de apreciação pelo Senado Federal. Com base no caso hipotético, é possível afirmar que a situação ilustra:

- a) inconstitucionalidade, visto a usurpação da competência legislativa, uma vez que medidas provisórias apenas são admissíveis em matéria relativa à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
- b) falha no processo legislativo, já que, em se tratando de medida provisória, a regra é a apreciação apenas pelo Senado Federal, somente cabendo votação pela Câmara Legislativa em situações excepcionais.
- c) inconstitucionalidade, visto a usurpação da competência legislativa, uma vez que medidas provisórias apenas são admissíveis em matéria financeira, orçamentária e tributária.
- d) prerrogativa do Presidente da República para editar medida provisória com força de lei, adstrita a situações de relevância e urgência, a qual, contudo, perde vigência se não aprovada pelo Congresso Nacional no prazo de sessenta dias, prorrogável uma única vez.

Questão 17

Foi publicada uma emenda constitucional estabelecendo novas regras relativas à aposentadoria dos servidores públicos. Com base no texto aprovado pelo constituinte reformador, as novidades passariam a valer, inclusive, para os servidores que já haviam cumprido os requisitos para requerer a aposentadoria em momento anterior à sua edição. Tais alterações, contudo, afetariam apenas as prestações vencidas do referido benefício. Com base no caso narrado, assinale a opção correta.

- a) A emenda deverá ser declarada inconstitucional, por ofensa ao direito adquirido, o qual constitui cláusula pétrea da constituição.
- b) Não há direito adquirido em face de normas constitucionais, razão pela qual a alteração será aplicada às prestações futuras, corroborando com a aplicação da retroatividade mínima da Constituição.
- c) No caso apresentado não há inconstitucionalidade, visto que somente o legislador ordinário está impedido de atribuir efeitos retroativos a normas infraconstitucionais.
- d) A emenda é constitucional, visto que foi editada em respeito ao ato jurídico perfeito, ao preservar as parcelas vencidas relativas ao benefício.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques/Lilian Novakoski

Questão 18

Fernando e Maraísa são casados há 10 anos e pais de Roberto, criança de 8 anos de idade. Certo dia, voltando de uma viagem a trabalho, o casal envolveu-se num acidente automobilístico, foram internados, mas não apresentaram melhoras no quadro clínico. Por estarem em coma há meses, a guarda de Roberto foi deferida a Pedro e Luísa, seus padrinhos. Com base no relato, assinale a alternativa correta:

- a) A guarda não é uma modalidade de colocação em família substituta, pois dotada de transitoriedade. Nesse sentido, apenas a adoção e a tutela são espécies do referido gênero.
- b) Pedro e Luísa deverão prestar assistência material, moral e educacional a Roberto, podendo opor-se a terceiros, inclusive a Fernando e Maraísa.
- c) A guarda confere a Roberto a condição de dependente de Fernando e Maraísa para todos os fins e efeitos de direito, salvo os previdenciários, tendo em vista que o menor conta apenas 10 anos de idade.
- d) Se Fernando e Maraísa apresentarem melhoras e receberem alta do hospital, a guarda poderá ser revogada, mediante ato judicial fundamentado, sendo desnecessária a oitiva do Ministério Público nesse caso.

Questão 19

Rodrigo, criança de 9 anos, mora em um grande centro urbano e está encantado com a possibilidade de conhecer o “Diversão Completa”, um centro de eventos que reúne cinema, circo, parque de diversão, livrarias, rádio juvenil. No final de semana, Rodrigo e seus amigos do condomínio foram ao “Diversão Completa” desacompanhados dos seus responsáveis, embora autorizados por eles. Considerando essa situação hipotética, é correto que:

- a) O “Diversão Completa”, ainda que seja enquadrado como um centro de eventos voltado ao público infanto-juvenil, não está dispensado de apresentar informações sobre a natureza de suas diversões e espetáculos e as faixas etárias a que se recomendam.
- b) Rodrigo poderá ingressar e permanecer no “Diversão Completa” sem a necessidade da companhia dos pais, visto que foi devidamente autorizado.
- c) A rádio juvenil está dispensada de avisar sobre sua classificação indicativa antes de suas transmissões.
- d) As livrarias do “Diversão Completa” deverão realizar controle prévio do conteúdo comercializado e não poderão expor e vender material impróprio ou inadequado, ainda que a embalagem esteja lacrada e com advertência de seu conteúdo.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Considerando os Tratados internacionais, assinale a opção correta sobre a etapa de adoção do texto final.

- a) A adoção do texto de um tratado numa conferência internacional efetua-se pelo consentimento de todos ou pela maioria de dois terços dos Estados presentes e votantes, salvo se esses Estados, pela mesma maioria, decidirem aplicar uma regra diversa.
- b) A adoção do texto final de um tratado é sempre feita por unanimidade.
- c) A assinatura representa, em regra, o consentimento provisório de um Estado em se obrigar ao texto final de um tratado, e não necessita passar por etapas seguintes para ser internalizado.
- d) A adoção do texto final impede a denúncia pelos Estados presentes.

Questão 21

Juliana e Rafael se casaram no Brasil e se mudaram para a França, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Juliana pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta

- a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, já que o casamento foi realizado no Brasil.
- b) O divórcio, se efetivado na Itália, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

Determinado deputado federal apresentou dois projetos de lei ordinária federal. O primeiro pretende alterar os prazos de decadência e de prescrição previstos no Código Tributário Nacional e o segundo pretende instituir uma taxa sobre vendas interestaduais, incidente sobre operações de venda destinadas a outros Estados da Federação, que tem como base de cálculo o preço da venda das mercadorias e como contribuintes os comerciantes que realizam as vendas. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que:

- a) Somente o primeiro projeto de lei é inconstitucional.
- b) Somente o segundo projeto de lei é inconstitucional.
- c) Os dois projetos de lei são constitucionais.
- d) Os dois projetos de lei são inconstitucionais.

Questão 23

Aline é proprietária de um único apartamento localizado no Município X, onde reside com a sua família. No referido Município vigora a lei nº 1234, que diferencia as alíquotas do IPTU com base na data de construção do imóvel. Como Aline não realizou o pagamento do IPTU dos três (3) últimos exercícios, o Município X inscreveu o débito em dívida ativa e ajuizou a Execução Fiscal. Aline ofereceu, para garantir o juízo, este seu próprio imóvel, sendo a garantia aceita pelo Município X. Com base na hipótese descrita, é correto afirmar que:

- a) Por ser bem de família, o apartamento em questão não poderia ter sido penhorado na Execução Fiscal.
- b) Aline tem direito à substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.
- c) Aline não tem direito à substituição da penhora.
- d) É constitucional a instituição de progressividade do IPTU com base na data de construção do imóvel.

Questão 24

O Estado X instituiu um sistema progressivo de alíquotas para o Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD. Caio, residente no Estado Y, recebeu de herança um bem imóvel localizado no Estado X, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e decidiu impugnar o lançamento, afirmando que a progressividade do ITCMD é inconstitucional. Alegou, ainda, que o imposto é devido no Estado Y, local de sua residência. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A progressividade das alíquotas do ITCMD é inconstitucional e o imposto é devido ao Estado “X”.
- b) A progressividade das alíquotas do ITCMD é constitucional e o imposto é devido ao Estado “X”.
- c) A progressividade das alíquotas do ITCMD é constitucional e o imposto é devido ao Estado “Y”.
- d) A progressividade das alíquotas do ITCMD é inconstitucional e o imposto é devido ao Estado “Y”.

Questão 25

Em 2019, Carlos, após viagem ao exterior, decidiu importar do Japão, para uso próprio, diretamente, um veículo automotor de última geração, lançamento do mercado japonês. Considerando que Carlos é o consumidor final do veículo, pessoa física, é correto afirmar que nessa importação:

- a) São devidos somente o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto sobre a Importação - II.
- b) São devidos somente o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e o Imposto sobre a Importação - II.
- c) São devidos o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e o Imposto sobre a Importação - II.
- d) É devido somente o Imposto sobre a Importação - II.

Questão 26

A pessoa jurídica A, fabricante de peças automotivas, recolheu em montante superior ao devido o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente nas operações de venda à pessoa jurídica B (distribuidora de peças automotivas), a quem foi repassado o encargo financeiro relativo ao referido imposto e que não concedeu qualquer tipo de autorização. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar, quanto ao imposto pago à maior, que:

- a) Nenhuma das duas (2) pessoas jurídicas têm legitimidade processual para a Ação de Repetição de Indébito.
- b) A pessoa jurídica A possui legitimidade processual para a Ação de Repetição de Indébito.
- c) A pessoa jurídica B possui legitimidade processual para a Ação de Repetição de Indébito.
- d) As pessoas jurídicas A e B possuem legitimidade processual para a Ação de Repetição de Indébito, em regime de litisconsórcio ativo necessário.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Igor Maciel

Questão 27

A União celebrou um convênio com o Estado X durante a gestão do Governador Zezinho, deixando o estado de cumprir algumas obrigações previstas no ajuste. A União notificou o estado determinando que ele regularizasse as pendências, sob pena de lhe serem aplicadas sanções. Apesar disso, o Estado-membro não sanou os vícios apontados. A União então inseriu o Estado-membro nos sistemas de cadastros restritivos, impedindo-o de contratar operações de crédito, celebrar convênios com órgãos e entidades federais e receber transferências de recursos. O Governador Joãozinho assumiu novo mandato no estado e encontrou diversas dificuldades administrativas, geradas pelas restrições impostas. Diante dessa situação, a assessoria jurídica do Estado X deve informar corretamente que:

- a) O princípio da intranscendência subjetiva das sanções autoriza a aplicação de severas sanções às administrações por ato de gestão anterior à assunção dos deveres públicos.
- b) O Superior Tribunal de Justiça é originariamente competente para processar e julgar as causas que revelem potencial conflito federativo entre a União e os Estados-membros, como nos casos em que se discute a inscrição destes nos cadastros federais de irregularidades ou inadimplência.

- c) Pode permanecer a inscrição do ente público em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior ainda quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.
- d) O cadastro restritivo não deve ser feito de forma unilateral e sem acesso à ampla defesa e ao contraditório. Isso porque, muitas vezes, a inscrição pode ter, além de motivação meramente financeira, razões políticas.

Questão 28

Gustavo era ocupante de cargo de provimento efetivo no pequeno Município de Riozinho, que não possui regime próprio de previdência social, sendo os seus servidores municipais filiados ao regime geral de previdência social. Gustavo requereu a sua aposentadoria e passou a recebê-la pelo RGPS, sendo exonerado, pois a lei municipal determina a extinção do vínculo funcional em razão da aposentadoria do servidor. Gustavo, então, procurou você, na qualidade de advogado, pretendendo ajuizar ação contra o Município pedindo a reintegração no mesmo cargo que ocupava, sob o argumento de que, como foi aposentado pelo RGPS, a inativação não teria o condão de desfazer o vínculo funcional e estatutário do autor com o Município, pois as despesas com a aposentadoria seriam suportadas pelo INSS, e não pelos cofres públicos municipais. Diante dessa situação, você deve informar corretamente que:

- a) É possível que Gustavo seja reintegrado no mesmo cargo após a aposentadoria, sem se submeter a concurso público, conforme autorizado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- b) A acumulação de proventos e vencimentos é permitida, independentemente de se tratar de cargos, funções ou empregos acumuláveis na atividade.
- c) Se o legislador estabeleceu que a aposentadoria é causa de vacância, Gustavo não pode, sem prestar novo concurso público, ser reintegrado ao mesmo cargo depois de se aposentar.
- d) É possível que Gustavo cumule os proventos e a aposentadoria, bem como perceba, posteriormente, mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social.

Questão 29

O serviço de coleta domiciliar de lixo do Município de Paraíso foi concedido à Empresa All Clean, após regular procedimento administrativo. Contudo, o Prefeito, por razões de interesse público, e sem verificar qualquer vício na concessão ou irregularidade na prestação do serviço pela concessionária, deseja retomar o serviço público. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) será caso de encampação, e o Município deverá indenizar o contratado pelos lucros cessantes e danos emergentes.
- b) será caso de caducidade da concessão, e a declaração dependerá de pagamento da indenização.
- c) será de encampação, e o Município deve demonstrar o interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.
- d) será caso de rescisão, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Questão 30

Um fundação pública estadual pretende adquirir bens imóveis destinados ao atendimento das suas finalidades precípuas, em conformidade com algumas necessidades de instalação e localização. Para tanto, consulta seu corpo jurídico, o qual deve informar corretamente que:

- a) deve requerer ao Estado-membro, na qualidade de administração central, que este promova o devido processo licitatório.
- b) será dispensável a licitação, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- c) será inexigível a licitação, diante da notória especialidade do bem imóvel.
- d) dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensável esta no caso de doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.

Questão 31

Júlio, habitante do Município Coraçãozinho, no dia 10/03/2016, trafegava cuidadosamente, obedecendo às regras de trânsito em uma estrada da cidade, quando seu veículo se chocou com um boi que estava no meio da pista. Em decorrência do acidente, Júlio passou meses internado em hospital e ficou sem o movimento das pernas. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) se trata de caso fortuito, o que exclui o nexo causal e a responsabilidade do Município.
- b) Júlio teria direito a pleitear indenização pelos danos sofridos em face do Município, porém a ação prescreveu em 10/03/2019.
- c) haverá a responsabilidade civil do Município por omissão, consubstanciada no dever de fiscalizar.
- d) se trata de força maior, o que exclui o nexo causal e a responsabilidade do Município.

Questão 32

O Estado X celebrou contrato para aquisição de material de escritório com a empresa Papel e tinta, após regular processo licitatório. Durante a execução do contrato, o Estado aumentou a alíquota de tributo que incidia diretamente sobre o objeto contratual. Com isso, a empresa verificou que estava impraticável a manutenção do contrato pelo valor inicialmente estabelecido, deixando de executar alguns objetos contratados. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) deve ser aplicada ao caso a teoria da imprevisão, diante de evento imprevisível e superveniente de natureza econômica.
- b) ocorreu um fato da administração, diante da inexecução das cláusulas contratuais relativas ao valor do contrato.
- c) ocorreu fato do príncipe, diante de um fato genérico e extracontratual, que acarretou o aumento dos custos do contrato administrativo.
- d) o aumento da alíquota do tributo não é capaz de gerar a modificação no contrato, uma vez que se insere nos riscos do negócio a serem suportados pelo contratado.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

José, proprietário rural, por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, instituiu servidão ambiental, limitando o uso de parte de sua propriedade para preservar recursos ambientais.

De acordo com a legislação ambiental, José deverá observar que:

- a) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 5 anos.
- b) O detentor da servidão ambiental não poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la em favor de outro proprietário.
- c) A servidão ambiental deverá ser onerosa e perpétua.
- d) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

Questão 34

Paulo tem um sítio em área com altitude superior a 1.800 metros, considerada APP. Muito preocupado com a preservação ambiental, ele consulta o órgão ambiental para saber se está regular com as normas ambientais.

Acerca da legislação ambiental e com fulcro no que dispõe o Código Florestal,

- a) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- b) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública.
- c) Não é permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água.
- d) Para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas é necessária a autorização do órgão ambiental competente

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

João Roberto era um rapaz muito famoso entre seus contemporâneos do colegial. Uma das razões de sua fama era seu belíssimo Opala metálico azul, que fazia a alegria de todos que passeavam nele. Muito namorador, acabou engravidando uma norueguesa, que retornou ao seu país e cuidou sozinha de Ozzy, seu filho.

Infelizmente, em uma disputa de corrida em Brasília, João Roberto faleceu nas ruas da Asa Sul. Considerando essa situação, é correto afirmar que:

- a) a sucessão por morte será regulada pela lei norueguesa, já que é o domicílio de Ozzy, herdeiro vivo;
- b) a lei brasileira não regulará a capacidade de Ozzy para suceder;
- c) a sucessão dos bens de João Roberto será regulada pela lei norueguesa, desde que esta seja mais vantajosa para Ozzy;
- d) a lei brasileira se aplicará exclusivamente aos bens imóveis do falecido.

Questão 36

Genivaldo precisou pagar por uma cirurgia de urgência após ter sido negada a cobertura de seu plano de saúde de forma injustificada. Posteriormente, foi comprovado que Genivaldo deveria ter sido beneficiado pelo seu plano de saúde sem que precisasse ter pago por qualquer procedimento. Quanto a isso, o prazo para o pedido de reembolso de despesas médico-hospitalares em contratos de plano e seguro de saúde é de:

- a) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento particular;
- b) três anos, pois trata de reparação civil;
- c) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento público;
- d) dez anos.

Questão 37

Beltrano, Cicrano e Fulano são credores solidários de Hermes de uma quantia de dois mil reais. Quanto a essa situação, é correto afirmar que:

- a) Hermes deverá aguardar algum credor lhe cobrar para que saiba a quem pagar;
- b) se Beltrano tiver remitido a dívida em favor de Hermes, responderá aos outros credores pela parte que lhes caiba;
- c) se houver alguma exceção pessoal de Hermes em relação a Cicrano, então também poderá opor ela a Beltrano e a Fulano;
- d) será necessário que todos os credores cobrem simultaneamente de Hermes os dois mil reais.

Questão 38

Uma grande represa situada no Estado X rompeu em razão da falta de manutenção e fiscalização pelos órgãos responsáveis, o que caberia principalmente ao Poder Público estadual. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;

Questão 39

Jonas, rapaz muito curioso, entrou em uma caverna e acabou chegando em um mundo paralelo no qual que não existia, mas que também vigente o Código Civil de 2002. Sem conseguir voltar, iniciou sua vida nesse novo mundo, construindo um grande patrimônio pessoal. Após 33 anos, conseguiu novamente entrar na caverna e voltar para o seu mundo. Como não tinha qualquer parente no mundo paralelo e não se relacionou com qualquer outra pessoa, acabou sumindo sem deixar qualquer herdeiro.

Em relação a essa situação, após a abertura da sucessão definitiva no mundo paralelo, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;

Questão 40

Não se consideram bens móveis:

- a) as energias que tenham valor econômico;
- b) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- c) o direito à sucessão aberta;
- d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações

Questão 41

Em relação às disposições testamentárias, a nula a disposição:

- a) que se refira a pessoa incerta, ainda que a identidade se possa averiguar;
- b) que não permita ao herdeiro fixar o valor do legado;
- c) que favoreça a testemunha do testamento;
- d) que favoreça a pessoa incerta, exceto quando a um terceiro for determinado que a indique.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Fernandinho, conhecido como um dos maiores traficantes de drogas ilícita da região, foi preso em flagrante delito. Por falta de vagas, Fernandinho foi levado diretamente ao presídio localizado próximo ao município. Uma semana após a privação de liberdade, Fernandinho recebeu a visita de seu advogado e relatou todo o ocorrido. Com base no relato, pode-se afirmar:

- a) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos prevê que qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer as funções judiciais.
- b) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos garante a toda pessoa detida ou retida a condução, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais.
- c) A audiência de custódia, embora prevista no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, só foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2015 prevendo a apresentação, em até 24 (vinte e quatro) horas, à autoridade judicial competente.

d) A audiência de custódia, prevista desde muito em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, só foi regulamentada pela Lei nº 13.964 de 2019 prevendo que no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover referida audiência com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.

Questão 43

Em 2018 e 2019 foi observado um intenso fluxo de imigratório de venezuelanos em direção a nações vizinhas, dentre elas o Brasil. Muitos instalaram-se em Boa Vista, capital de Roraima, gerando a lotação de praças e abrigos. Diante do cenário, o Governo federal levou mais de 2.000 venezuelanos a outros estados, onde receberam vacina, assistência médica, CPF e carteira de trabalho.

A cidade onde você atua como advogado recebeu alguns desses imigrantes e, como advogado atuante e reconhecido publicamente, você foi convidado para participar de um programa de entrevistas para explicar, à luz da Lei de Migração, a situação daquelas pessoas. Sobre o tema, é correto que:

- a) O conceito de imigrante refere-se à pessoa nacional de outro país que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil, sem abarcar os apátridas.
- b) A Lei de Migração, por constituir legislação especial, prejudica a aplicação de outras normas internas ou internacionais específicas sobre refugiados e asilados.
- c) A política migratória brasileira deve reger-se pela acolhida humanitária, a promoção de entrada regular e de regularização documentação, mas não prevê o acesso igualitário a serviços, programas e benefícios sociais.
- d) Aos venezuelanos migrantes é garantido, em condição de igualdade com os nacionais, o acesso a serviços públicos de saúde, de assistência social e à previdência social, sem discriminação em razão de sua nacionalidade e da condição migratória.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Augusto, motoboy autônomo, passeava com seu cachorro nas proximidades de sua casa, quando ao passar na calçada de um lava rápido escorregou na água com sabão que a empresa escoava pela calçada. Com a queda, quebrou um braço e ficou um mês sem conseguir trabalhar. Diante dessa situação, ele procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) Não há relação de consumo entre Augusto e o lava rápido, por isso a situação deve ser resolvida com base nas regras de responsabilidade do Código Civil.
- b) Augusto é considerado consumidor por equiparação, e poderá se valer da lei consumerista para solicitar reparação de danos.
- c) Augusto pode ser considerado consumidor por equiparação, mas não há dano indenizável, pois o acidente ocorreu fora do estabelecimento.
- d) Não há relação de consumo entre Augusto e o lava rápido, mas o estabelecimento poderá sofrer uma sanção administrativa.

Questão 45

A sociedade cooperativa X desenvolveu um empreendimento habitacional e comercializou os imóveis com os cooperativados. Passados mais de seis meses do prazo avençado, sem que a sociedade tenha entregue as unidades imobiliárias, a associação Y dos cooperativados, constituída há dois anos, ajuizou ação coletiva, postulando o reconhecimento da mora e a fixação de multa por dia de atraso. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Não se aplica o CDC ao caso, de modo que a situação será resolvida conforme as regras que disciplinam a compra e venda no Código Civil.
- b) Não se aplica o CDC ao caso e a associação Y não tem legitimidade para ajuizar a ação coletiva, devendo representar ao Ministério Público ou Defensoria Pública para promover a ação.
- c) Aplica-se o CDC ao caso e a associação Y tem legitimidade para a ação coletiva, exigida a autorização assemblear.
- d) Aplica-se o CDC ao caso e a associação Y tem legitimidade para a ação coletiva, dispensada a autorização assemblear.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Paulo precisa de um veículo automotor para entregar os produtos de seu estabelecimento aos clientes, mas não tem numerário para adquiri-lo. Ele foi aconselhado por sua advogada a celebrar um contrato de arrendamento mercantil. Assinale a opção que indica as faculdades do arrendatário ao final desse contrato.

- a) Devolver o bem ao arrendador, renovar o contrato ou exercer opção de compra.
- b) Subarrendar o bem a terceiro ou exercer a opção de compra.
- c) Subarrendar o bem a terceiro, renovar o contrato ou exercer a opção de compra.
- d) Devolver o bem ao arrendador ou renovar o contrato.

Questão 47

Os atos do empresário individual impedido por exercer atividade incompatível com a empresa serão considerados:

- a) nulos;
- b) anuláveis;
- c) válidos;
- d) ineficazes;

Estratégia
OAB

Questão 48

Rogerinho pretende iniciar empresa sem a presença de sócios, isso aos dezesseis anos de idade. Foi orientado que poderá constituir uma empresa nas formas de Empresário Individual, EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ou Sociedade Limitada Unipessoal.

Em relação ao que foi orientado, é correto afirmar que:

- a) em ambos os casos, Rogerinho poderá constituir uma empresa com personalidade jurídica própria de pessoa jurídica;
- b) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada poderá ser constituída, desde que o seu capital seja superior a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo do país;
- c) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada poderá ser constituída por pessoa jurídica;
- d) A Sociedade limitada deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios;

Questão 49

O estabelecimento empresarial, segundo o código civil é:

- a) uma universalidade de fato, formada por bens materiais e imateriais organizados por empresário ou sociedade empresária;
- b) uma universalidade autônoma com personalidade jurídica própria;
- c) o lugar onde o empresário desenvolve as suas atividades e relação sinonímia com o ponto empresarial;
- d) exclusiva e unicamente vinculado ao lugar onde o empresário ou sociedade empresário desenvolve as suas atividades;

Questão 50

Em relação à sociedade empresarial de cônjuges, é correto afirmar que:

- a) é permitida, salvo se o regime de bens do casal for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória;
- b) é proibida seja lá qual for o regime de bens;
- c) é permitida, salvo no caso de separação obrigatória;
- d) é permitida, mas depende de autorização judicial;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

O juiz Felipe, titular da 1ª vara cível, verificando a ocorrência de prescrição em uma ação indenizatória proferiu decisão com resolução de mérito, sem permitir que as partes se manifestassem previamente. A conduta do magistrado foi adequada?

- a) Sim, pois a prescrição é matéria cognoscível de ofício e, assim, a decisão do juiz não se condiciona à previa manifestação das partes.
- b) Sim, mas a decisão proferida não resolveu o mérito da causa e, por isso, o autor poderá propor nova ação posteriormente.
- c) Não. Ainda que a prescrição seja cognoscível de ofício, o magistrado deveria ter oportunizado a manifestação das partes.
- d) Não, visto que a prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo magistrado, apenas a requerimento da parte adversa.

Questão 52

Há anos os vizinhos Ana Paula e João Luís disputam a propriedade de um imóvel rural localizado entre suas fazendas. Ana Paula atualmente vive no Município X em razão de seu trabalho. João Luís, réu da ação, mora no Município Y, onde tem um pequeno comércio de laticínios. O imóvel não fica localizado nos Municípios X e Y, mas no Município Z. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta quanto à competência:

- a) A ação será proposta no foro do Município X, onde Ana Paula reside.
- b) Será competente o foro do Município Z, foro de situação da coisa.
- c) Será competente o foro do Município Y, onde João Luís, réu da ação, reside.
- d) Ana Paula poderá optar pelo foro de domicílio de João Luís ou pelo foro de eleição.

Questão 53

Visando a prática de um ato urgente, o advogado Paulo postulou em juízo sem apresentar a procuração do seu constituinte. Com base no Código de Processo Civil:

- a) O juiz não examinará os pedidos formulados em razão da falta do instrumento de mandato.
- b) Considerando que a peça foi assinada pelo próprio advogado, informando corretamente seu endereço e número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, não há qualquer vício no caso narrado.
- c) O Código de Processo Civil permite que Paulo postule em juízo sem procuração, embora deva exibi-la no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de caução.
- d) Caso Paulo não apresente a procuração dentro do prazo estabelecido, o ato será considerado ineficaz relativamente ao seu constituinte, mas não haverá qualquer forma de responsabilização imputável a Paulo.

Questão 54

Letícia, depois de muito economizar, comprou um smartfone de última geração, recém-lançado e com tecnologia de ponta. Infelizmente, o aparelho de Letícia foi “premiado”: ainda dentro da garantia, apresentou vício no sistema de carregamento.

Ciente de seu uso correto, Letícia levou o aparelho à assistência técnica, que se negou a realizar o serviço alegando que a garantia não cobria aquele tipo de vício. A consumidora discordou veementemente do posicionamento da assistência e decidiu levar o caso ao Judiciário. Diante da especificidade do caso e da necessidade de um posicionamento técnico, o juiz da causa nomeou um perito. Assim:

- a) A nomeação do perito recairá sobre profissional de confiança do magistrado, que tenha apresentado laudos bem elaborados em processos anteriores e haja guiado pela boa-fé.
- b) O perito poderá escusar-se do encargo alegando motivo legítimo e poderá apresentar sua escusa a qualquer momento.
- c) O Código de Processo Civil prevê que o perito cumprirá o ofício no prazo que lhe designar o juiz, podendo apresentar recusa por motivo legítimo.
- d) Caso o perito preste informações inverídicas, por dolo ou culpa, responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de até 2 (dois) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei.

Questão 55

Depois de 5 anos de casamento, Pedro e Paula decidiram que a relação conjugal havia chegado ao limite e, por isso, o melhor a ser feito era procurar um advogado para o divórcio consensual do casal. No entanto, por serem bastante conhecidos em sua cidade, pediram ao causídico o máximo de discrição para evitar um desgaste psicológico ainda maior. Sobre o tema, o casal foi informado que:

- a) O ordenamento jurídico permite que alguns processos tramitem em segredo de justiça, a exemplo de ação de divórcio e da ação de alimentos.
- b) O processo civil é regido pelo princípio da publicidade e, inevitavelmente, as partes estariam sujeitas ao conhecimento público do término de sua relação.
- c) O Código de Processo Civil não prevê que os processos que versem sobre arbitragem tramitem em segredo de justiça, independentemente da existência de cláusula de confidencialidade estipulada.
- d) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça é restrito aos procuradores das partes.

Questão 56

Daniel sempre foi um advogado muito zeloso e ficou impressionado ao ser intimação do indeferimento da petição inicial de uma ação que ajuizara há pouco tempo. Assinale a alternativa correta quanto ao tratamento dispensado pelo Código de processo Civil ao tema:

- a) A petição inicial será indeferida quando lhe faltar o pedido ou causa de pedir e quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão. Caso os pedidos formulados por Daniel fossem incompatíveis entre si, o juiz deveria julgar conforme a narrativa fática apresentada.
- b) Diante do indeferimento da petição inicial, Daniel poderá apresentar agravo de instrumento por tratar-se de decisão interlocutória que decide o mérito.
- c) Diante do indeferimento, Daniel poderá apelar. Caso não o faça, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença.
- d) O indeferimento da petição inicial, quando recorrido, não admite a retratação do juiz.

Questão 57

Em uma ação de execução, tendo por título executivo um contrato de seguro de vida, a empresa seguradora foi citada para efetuar o pagamento. O exequente tem acompanhado o trâmite processual com atenção e percebeu que:

- a) ao despachar a inicial, o juiz fixou os honorários advocatícios em 20 (vinte) por cento.
- b) os honorários advocatícios fixados pelo magistrado não poderão ser reduzidos ou majorados em hipótese alguma.
- c) a empresa foi citada para pagar a dívida espontaneamente no prazo de 10 (dez) dias, contados da citação.
- d) caso a seguradora efetue o pagamento integral do valor dentro do prazo legal, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Lucia, respeitada neurocirurgiã, opera a cabeça de Joao. Terminada a operação, com o paciente já estabilizado e colocado na Unidade de Tratamento Intensivo para observação, Lucia deixa o hospital e vai para casa assistir ao último capítulo da novela. Ocorre que, pelas regras do hospital, Lucia deveria permanecer acompanhando Joao pelas doze horas seguintes à operação. Como é uma fanática noveleira, Lucia desrespeita essa regra e pede à Marcia, médica da sua equipe, que acompanhe o pós-operatório. Marcia é uma médica muito preparada e tão respeitada e competente quanto Lucia. Marcia, ao ver Joao, o reconhece como sendo o assassino de sua mãe. Tomada por uma intensa revolta e um sentimento incontrolável de vingança, Marcia decide matar aquele assassino cruel que nunca fora punido pela Justiça, porque é afilhado de um influente político. Marcia determina à enfermeira Fernanda que troque o frasco de soro que alimenta Joao, tomando o cuidado de misturar, sem o conhecimento de Fernanda, uma dose excessiva de anti-coagulante no soro. Joao morre de hemorragia devido ao efeito do anti-coagulante. Neste caso, aponte de forma justificada as condutas penais de Lucia, Marcia e Fernanda.

Assinale a alternativa que indique o crime praticado por cada envolvido.

- a) Lucia: homicídio culposo – Marcia: homicídio doloso – Fernanda: homicídio culposo.
- b) Lucia: homicídio culposo – Marcia: homicídio doloso – Fernanda: não praticou crime algum.
- c) Lucia: não praticou crime algum – Marcia: homicídio doloso – Fernanda: não praticou crime algum.
- d) Lucia: homicídio preterdoloso – Marcia: homicídio culposo – Fernanda: homicídio culposo.

Questão 59

Os institutos defensivos do iter criminis possuem ampla aplicação em nosso ordenamento jurídico, inclusive nos crimes patrimoniais. Entretanto, no que tange ao arrependimento posterior, e de acordo com expressa previsão do Código Penal, podemos afirmar que este instituto não será cabível :

- a) no estelionato e na extorsão mediante sequestro
- b) na extorsão simples e roubo impróprio
- c) no Furto qualificado e no roubo próprio
- d) no Dano Qualificado e no latrocínio.

Questão 60

Gustavo, após descarregar sua arma contra o desafeto Rodolfo, e portanto, tendo esgotado todos os meios disponíveis para chegar à consumação da sua morte, resolve desistir da empreitada criminosa e atua em sentido contrário, levando-o ao hospital mais próximo, evitando assim produção do resultado morte inicialmente por ele pretendido.

Nessa hipótese, configura-se:

- a) desistência voluntária, e sua conduta será atípica
- b) crime impossível, afastando-se a tipicidade do homicídio
- c) arrependimento eficaz, devendo responder pelo crime de lesão corporal dolosa
- d) arrependimento eficaz, respondendo pelo crime de homicídio tentado com a pena diminuída

Questão 61

Caio e Mévio sequestram a mulher e os dois filhos de Tício, gerente de uma joalheria e exigem que este colabore em um roubo que farão contra a referida loja em que Tício trabalha. Com medo, e para proteger a sua família, Tício acaba auxiliando os dois agentes na prática do roubo. Nesse caso, você como advogado(a) de Tício deverá alegar como tese defensiva uma causa excludente da:

- a) ilicitude do fato, consistente no estado de necessidade de terceiros.
- b) ilicitude do fato, consistente na legítima defesa de terceiros.
- c) culpabilidade do agente, consistente na inexigibilidade de conduta diversa.
- d) culpabilidade do agente, consistente na inimputabilidade.

Questão 62

José, pretendendo matar o próprio irmão, com o fim de se casar com sua cunhada, dispara seu revólver após ter ficado aguardando a saída dele de seu escritório. Porém, erra o disparo atingindo mortalmente o porteiro do edifício em que o irmão trabalha, não logrando êxito em atingir seu alvo. Neste caso José:

- a) responderá por homicídio doloso qualificado, mas sem a incidência da agravante de ter sido o crime cometido contra irmão (art. 61, II, “e”, do Código Penal).
- b) responderá por homicídio doloso qualificado, agravado pelo fato de ter sido o crime cometido contra irmão (art. 61, II, “e”, do Código Penal).
- c) responderá pelo crime de homicídio culposo consumado
- d) responderá por tentativa de homicídio e homicídio culposo em concurso.

Questão 63

Flavia e Roberta desentenderam-se em uma festividade na cidade onde moram e Flávia, sem intenção de matar, mas apenas de lesionar sua colega, atingiu levemente, com uma navalha, o braço esquerdo de Roberta. Porém, ao ser conduzida para o hospital mais próximo buscando tratar o ferimento, Roberta foi vítima de um inesperado incêndio no ambulatório do referido hospital, vindo a falecer exclusivamente em razão de asfixia. Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base em nosso ordenamento, que Flavia:

- a) deve responder pelo crime de homicídio qualificado consumado.
- b) deve responder apenas pela lesão corporal dolosa.
- c) deve responder pelo crime de homicídio simples na modalidade tentada.
- d) não deve responder por crime, sendo sua conduta atípica, uma vez que não deu causa à morte de Roberta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Após ser citado por edital, Vitor Hugo não compareceu à Vara Criminal que o citou nem contratou advogado para defendê-lo. O Código de Processo Penal, para essa situação, apresenta regra que trata da suspensão da marcha processual e do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Qual dos crimes abaixo não permite a aplicação dessa regra do Código de Processo Penal em seu rito:

- a) Organização criminosa.
- b) Associação criminosa.
- c) Tráfico de drogas.
- d) Lavagem de dinheiro.

Questão 65

A captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos recebeu tratamento normativo em 2019. A respeito desse meio de obtenção de prova, indique a alternativa CORRETA:

- a) Poderá ser utilizada em qualquer caso, desde que precedida de ordem judicial.
- b) O requerimento deverá descrever circunstanciadamente o local, ficando a forma de instalação a cargo de quem for executar o serviço de captação.
- c) A captação ambiental não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.
- d) Realizar captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos para investigação ou instrução criminal sem autorização judicial tem como única sanção infração administrativa com perda de vencimentos funcionais.

Questão 66

A 12ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo conheceu da apelação criminal mas negou provimento, por decisão não unânime, ao recurso. Diante da publicação dessa decisão colegiada, caberá a oposição de:

- a) Embargos de declaração em 15 dias.
- b) Embargos infringentes em 10 dias.
- c) Embargos de declaração em 5 dias.
- d) Embargos infringentes em 15 dias.

Questão 67

A Lei 12.850/2013 nos apresenta as hipóteses em que o representante do Ministério Público pode deixar de oferecer denúncia ao receber a proposta de colaboração premiada. Qual das alternativas abaixo não apresenta uma das situações previstas na legislação:

- a) se houver a reparação integral do dano causado.
- b) for o primeiro a prestar efetiva colaboração.
- c) referir-se a infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento.
- d) não for o líder da organização criminosa.

Questão 68

A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com a seguinte característica:

- a) duração máxima de até 1 (um) ano, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.
- b) entrevistas sempre monitoradas, inclusive aquelas com seu defensor.
- c) fiscalização do conteúdo da correspondência.
- d) recolhimento em cela com grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.

Questão 69

Carlos Alberto, juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande-MS, em audiência de custódia para avaliar a prisão em flagrante de Maicon pelo crime de racismo (art. 20 da Lei 7.716/89), decidiu pela regularidade do auto de prisão em flagrante e pela ausência dos requisitos para converter o flagrante em prisão preventiva. Diante das limitadas possibilidades que a decisão possui nessa etapa da persecução penal, a única possibilidade, dentre as opções abaixo, será:

- a) Relaxamento da prisão.
- b) Arbitramento da fiança.
- c) Antecipação da pena privativa de liberdade pela gravidade em abstrato do delito.
- d) Conceder liberdade provisória sem fiança.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

O empregado Sanchez, celetista, foi dispensado sem justa causa pelo seu empregador. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta que apresenta o horário de trabalho durante o prazo de aviso prévio:

- a) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, será reduzido de 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo do salário integral.
- b) O empregado deverá, obrigatoriamente ser dispensado, na última semana de aviso prévio.
- c) É facultado ao empregador dar 7 (sete) dias corridos ou 2 (duas) horas a menos durante o período de aviso prévio.
- d) O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, receberá apenas a metade restante do respectivo prazo.

Questão 71

Raiane, 15 anos, foi contratada como recepcionista no salão de cabeleireiro “Belas” Ltda sem ter a sua CTPS devidamente anotada. Após 5 meses da contratação, Raiane engravidou. Ao tomar conhecimento da gravidez, a empresa decidiu dispensar a trabalhadora. Com base na situação acima, podemos afirmar que Raiane:

- a) não terá direito a estabilidade gestante já que o contrato de emprego é nulo, pois ela não possui a idade mínima permitida para firmar contrato, que no caso é de 16 anos.
- b) não terá direito a estabilidade gestante já que o contrato de emprego é nulo, pois ela não possui a idade mínima permitida para firmar contrato, que no caso é de 18 anos.
- c) terá direito ao reconhecimento do vínculo de emprego e reconhecimento da estabilidade gestante, pois se trata de trabalho proibido, de modo que o fato de não possuir a idade mínima permitida para trabalhar que é de 16 anos, não impede a ratificação do contrato.
- d) não terá direito ao reconhecimento do vínculo de emprego por se tratar de atividade ilícita, mas terá direito a ser indenizada pelo valor dos salários e FGTS referente ao período que trabalhou e referente ao período de estabilidade, qual seja, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

Questão 72

Ana, com 40 anos de idade, é secretária da Empresa de Cobrança X Ltda. e possui direito ao gozo de férias. Seu empregador propôs que, ao invés de usufruir 30 dias corridos de férias, Ana usufrua-as de forma fracionada, em três períodos, para que a empresa não fique com a vaga desfalçada. De acordo com a legislação vigente,

- a) não há necessidade da concordância de Ana para que as férias sejam usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 15 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
- b) não há necessidade da concordância de Ana para que as férias sejam usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
- c) desde que haja concordância de Ana, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 15 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
- d) desde que haja concordância de Ana, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.

Questão 73

Maria Marta é empregada do hotel fazenda “Vale das Águas Claras”, hotel este localizado em área urbana. Maria Marta exerce a função de cozinheira e, sendo assim, todo dia se desloca a pé da portaria do hotel até a cozinha que fica no final do terreno. Neste trajeto, Maria Marta demora diariamente cerca de quinze minutos. Neste caso, de acordo legislação vigente, o tempo necessário ao deslocamento de Maria Marta entre a portaria do hotel e o local de trabalho

- a) só será considerado tempo à disposição do empregador se ultrapassar trinta minutos.
- b) não se considera à disposição do empregador, em nenhuma hipótese.
- c) só será considerado tempo à disposição do empregador se ultrapassar vinte minutos.
- d) considera-se à disposição do empregador uma vez que ultrapassou dez minutos.

Questão 74

Jerônimo tomou posse como Presidente da CIPA mantida junto ao seu empregador. Um ano após, foi dispensado sem justa causa e, em seguida, ajuizou reclamação trabalhista postulando sua reintegração. A respeito do caso concreto, e de acordo com as normas de regências e do entendimento consolidado pelo TST, assinale a afirmativa correta.

- a) Jerônimo não poderá ser reintegrado porque o seu mandato já findou, e com isso terminou a sua garantia.
- b) O trabalhador tem garantia no emprego durante todo o mandato e até 1 ano após, daí porque poderá ser reintegrado.
- c) Jerônimo só poderá ser reintegrado ou indenizado se ajuizar a ação no período de garantia no emprego, ou seja, no lapso de 1 ano contado da dispensa.
- d) O empregado não terá direito ao retorno por não estar amparado por garantia provisória no emprego.

Questão 75

Natasha é operadora de máquinas na metalúrgica XYZ e irá aproveitar 20 dias de férias, dos 30 dias que teria, pois decidiu converter 10 dias de férias em dinheiro. Diante dessa situação, Gisele assumirá o lugar de Natasha, operadora com vasta experiência no cargo. No que tange essa situação, durante o lapso temporal de férias e de acordo com o entendimento do TST:

- a) Gisele não receberá o mesmo salário, porque a substituição é eventual, por apenas 20 dias.
- b) Gisele terá direito ao seu salário e de Natasha por que há acúmulo de funções.
- c) A situação aplicada é ilegal, observando-se desvio de função.
- d) Gisele terá direito ao mesmo salário de Natasha, pois a substituição não é eventual.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Na reclamação trabalhista D em fase de execução de sentença foi penhorada uma casa na cidade de Corumbá/MS. Frederico arrematou a referida casa por R\$ 181.000,00. Neste caso, de acordo com as normas preconizadas pela Consolidação das Leis do Trabalho, Frederico terá que garantir o lance com o valor de

- a) R\$ 36.200,00 e depositar, dentro de vinte e quatro horas, o restante do valor da arrematação.
- b) R\$ 36.200,00 e depositar, dentro de cinco dias, o restante do valor da arrematação.
- c) R\$ 18.100,00 e depositar, dentro de vinte e quatro horas, o restante do valor da arrematação.
- d) R\$ 18.100,00 e depositar, dentro de cinco dias, o restante do valor da arrematação.

Questão 77

A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores,

- a) não estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.
- b) estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação, sendo bastante a indicação do número da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) não estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato, sendo essencial a comprovação do ato de nomeação e a identificação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação, sendo essencial que o signatário ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Questão 78

Em determinada reclamação trabalhista, o autor postula o pagamento de horas extras. Em defesa, a empresa afirma e prova que possui 7 (sete) empregados e junta controles de ponto com horários invariáveis (“britânicos”). Quando de sua manifestação, o autor impugnou os controles, afirmando que eles não são fidedignos. Acerca da distribuição do ônus da prova, com base na CLT e no entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- a) Uma vez que os controles não contêm variação, aplica-se a confissão em desfavor da empresa, sendo considerada verdadeira a jornada da petição inicial e dispensada a realização de outras provas.
- b) Haverá inversão do ônus da prova, que passará a ser da empresa e, caso dele não se desincumba, será considerada verdadeira a jornada da peça de gênese.
- c) Possuindo a empresa menos de 10 empregados, sequer tinha obrigação de juntar controle; se o fez, mesmo com horários invariáveis, não será punida e o ônus da prova permanece com o reclamante.
- d) Controles com horários invariáveis não têm qualquer efeito na seara trabalhista, pela presunção absoluta de falsidade e aplicação da confissão, mesmo que sejam validados pelo autor no depoimento pessoal.

Questão 79

Em sede de Mandado de Segurança em face de decisão prolatada pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Marília, foi proferida decisão meritória julgando o mandado de segurança, por não se vislumbrar ofensa a direito líquido e certo. Considerando que sobre a referida decisão não recai qualquer vício formal ou omissão, é correto afirmar ser cabível:

- a) Recurso Ordinário, no prazo de 8 (oito) dias úteis, cujas razões, se conhecidas, serão julgadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Recurso Ordinário, no prazo de 8 (oito) dias úteis, cujas razões, se conhecidas, serão julgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
- c) Recurso de Revista, no prazo de 8 (oito) dias úteis, cujas razões, se conhecidas, serão julgadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- d) Agravo de Petição, no prazo de 8 (oito) dias corridos, cujas razões, se conhecidas, serão julgadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Questão 80

O servidor próprio da Justiça do Trabalho comparece ao domicílio de um devedor numa sexta-feira às 20:30 horas, pretendendo citá-lo para o pagamento de uma dívida. O executado se revolta porque entende que o mandado judicial não poderia ser cumprido naquele horário, mesmo porque não existe determinação judicial informando até que horas o ato poderia ser realizado. Diante desse impasse, é correto afirmar que:

- a) a CLT é omissa a respeito, razão pela qual o juiz utilizará os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- b) o devedor tem razão, pois o ato processual pode ser realizado até as 20:00 horas;
- c) os atos processuais podem ser realizados a qualquer hora dos dias úteis, razão pela qual o devedor está errado;
- d) o devedor está errado, pois o ato processual pode ser realizado até as 22:00 horas.



Estratégia

OAB

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia
OAB